

RELATÓRIO

COMISSÃO ESPECIAL PARLAMENTAR DOS BAIRROS EM AFUNDAMENTO DE SOLO



CÂMARA
MUNICIPAL DE
MACEIÓ

RELATÓRIO DA COMISSÃO ESPECIAL PARLAMENTAR DOS BAIRROS EM AFUNDAMENTO DE SOLO

I. COMPOSIÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA COMISSÃO

1. Criação e Instalação

A Comissão Especial Parlamentar dos Bairros em Afundamento de Solo foi criada após a aprovação em Plenário do requerimento do Vereador Leonardo Dias no dia 6 de abril de 2021. Sua composição foi publicada por ato do Presidente da Câmara no dia 9 de abril de 2021¹, com prazo de funcionamento de 180 (cento e oitenta) dias e composta dos seguintes membros:

- 1) Vereador Leonardo Dias (presidente)
- 2) Vereador Cal Moreira (membro)
- 3) Vereador Aldo Loureiro (membro)
- 4) Vereador Cléber Costa (membro)
- 5) Vereador Dr. Valmir (membro)
- 6) Vereador Oliveira Lima (suplente)
- 7) Vereadora Silvânia Barbosa (suplente)

¹ Ver anexo 1.

Na primeira reunião, no dia 16 de abril, o vereador Cléber Costa pediu a saída da Comissão, em virtude de já ter participado de Comissão anterior sobre o tema, abrindo espaço para o Vereador Pastor Oliveira Lima, primeiro suplente. Na reunião, ficou acertado que o Vereador Cal Moreira seria o vice-presidente e o Pastor Oliveira Lima, secretário da Comissão.

2. Objetivos e Plano de trabalho da Comissão

Os membros da Comissão reuniram-se no dia 16 de abril para alinhar os objetivos da mesma, a saber:

- i) reconhecer a atual situação do problema e saber quais os acordos firmados com a Braskem;
- ii) acompanhar as ações da prefeitura;
- iii) prestar assistência aos moradores;
- iv) discutir as indenizações;
- v) discutir o futuro da Região.

Plano de trabalho:

- Primeira fase: Coleta de informações e análise dos dados; reuniões com órgãos públicos, moradores e associações; coleta de dados com os órgãos envolvidos; formação de agenda feita

pela equipe do presidente da Comissão para ser apresentado aos outros membros.

- Segunda fase: Elaboração do Relatório.

Para o bom andamento da Comissão, foi cogitada a contratação de uma consultoria em engenharia civil e ambiental, o que acabou não se concretizando devido a dificuldades burocráticas da engenheira Tatiana Freitas que seria contratada e que tinha experiência técnica na questão dos Bairros em Afundamento de Solo.

II. PANORAMA GERAL

1. Breve histórico do problema

As primeiras rachaduras no bairro do Pinheiro foram notadas no dia 15 de fevereiro de 2018 após chuvas fortes que afetaram vários bairros de Maceió. Em 3 de março, novas chuvas foram seguidas por um tremor de terra de magnitude 2,5 na escala Richter. O tremor foi sentido nos bairros do Pinheiro, Serraria, Farol, Bebedouro, Jatiúca e Cruz das Almas. O Corpo de Bombeiros e a Defesa Civil foram acionados nos locais, que não tiveram registro de feridos, com apenas algumas pessoas passando mal devido ao susto. No

Bairro do Pinheiro, uma parte do asfalto cedeu em um quarteirão. Em diversas casas apareceram rachaduras. O fato ocasionou um imediato e espontâneo êxodo de pessoas, movido pelo medo de que novos tremores pudessem ocasionar uma catástrofe.

Imediatamente, o poder público acionou o Serviço Geológico do Brasil (CPRM), que iniciou investigações sobre o fenômeno. Entrementes, novas rachaduras e crateras foram aparecendo, inclusive em imóveis do local. Em janeiro de 2019, por exemplo, o piso de um apartamento afundou repentinamente, assustando os moradores; um prédio precisou ser evacuado e uma rua foi interditada pela Defesa Civil, por segurança.

No fim do ano de 2018, com o surgimento de rachaduras nas paredes e pisos em imóveis nos bairros do Mutange e Bebedouro, o Poder Executivo Municipal emitiu decreto de situação de emergência².

No dia 16 de fevereiro de 2019, houve um primeiro treinamento de emergência para evacuação do bairro do Pinheiro, para deixar preparados moradores e equipes de socorro em caso de desastre.

Em 8 de maio de 2019, a CPRM publicou um relatório³ com as possíveis causas das rachaduras. O relatório concluía que a instabilidade do solo fora provocada pela extração de sal-gema pela Braskem em regiões

² Ver anexo 2.

³ Ver anexo 3.

onde há intersecções de estruturas geológicas, desestabilizando cavernas subterrâneas abaixo dos bairros atingidos.

Está ocorrendo desestabilização das cavidades provenientes da extração de sal-gema, provocando halocinese (movimentação do sal) e criando uma situação dinâmica com reativação de estruturas geológicas preexistentes, subsidência e deformações rúpteis em superfície em parte dos bairros Pinheiro, Mutange e Bebedouro, Maceió-AL; No bairro Pinheiro, cujo reflexo da subsidência é a formação de uma zona de deformação rúptil (fissuras e rachaduras), a instabilidade do terreno é agravada pelos efeitos erosivos provocados pelo aumento da infiltração da água de chuva em plano de fraturas/falhas preexistentes e presença de solo extremamente erodível, em função do aumento significativo da permeabilidade secundária (quebramentos). Este processo erosivo é acelerado pela existência de pequenas bacias endorreicas, falta de uma rede de drenagem pluvial efetiva e de saneamento básico adequado⁴.

Após a divulgação do relatório, a Defesa Civil estendeu a área de risco.

Neste mesmo mês, a Braskem interrompeu a mineração e paralisou a operação da fábrica de cloro-soda em Maceió, que só voltou a funcionar em fevereiro de 2021, com sal importado do Chile.

Em 7 de junho de 2019, foi publicado um mapa de risco de setorização de danos e de linhas de ações

⁴ Ver Relatório CPRM, Conclusão, no anexo 3.

prioritárias⁵ recomendando a remoção de famílias dos bairros do Pinheiro e Mutange. O bairro de Bebedouro foi incluído no plano integrado de ações previstas para a região.

A 14 de junho de 2019, o laudo da CPRM foi contestado pela Braskem na Justiça. A empresa alegou inconsistências no relatório⁶.

As famílias foram sendo paulatinamente tiradas dos locais e um acordo foi acertado, feito pela força-tarefa envolvendo Ministério Público Estadual, Ministério Público Federal, Defensoria Pública do Estado e Defensoria Pública da União e a empresa Braskem (ver adiante).

Atualmente, também o bairro do Farol foi afetado, em menor escala. Ele é o quinto bairro atingido pelo afundamento de solo, além de Pinheiro, Mutange, Bom Parto e Bebedouro, e encontra-se sendo monitorado pela Defesa Civil do Município.

2. Estudos sobre as causas do fenômeno

⁵ Ver anexo 4.

⁶ <https://www.cadaminuto.com.br/noticia/2019/07/03/braskem-diz-que-relatorio-da-cprm-sobre-rachaduras-possui-inconsistencias-e-conclusoes-precipitadas>.

Logo após o surgimento das rachaduras, geólogos da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) fizeram estudos na região, sem conseguir descobrir as causas do evento⁷.

Novos estudos foram elaborados a partir de junho de 2018 por equipes da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), órgão responsável pelo Serviço Geológico do Brasil, pela Defesa Civil Nacional, Defesa Civil Municipal e Agência Nacional de Mineração (ANM). No fim de 2018, a União reconheceu a situação e enviou geólogos para analisar o fundo da lagoa Mundaú, que margeia os bairros atingidos pelo afundamento de solo, além de promover novos estudos sobre o subsolo da região. Em 21 de janeiro de 2019 foram iniciados estudos para medir a resistência do solo nos bairros.

O relatório da CPRM⁸ foi publicado em 8 de maio de 2019, confirmando que a extração de sal-gema pela empresa Braskem foi a principal causa das rachaduras nos bairros, cuja situação se agravou pela infiltração de água no solo devido às pesadas chuvas⁹. O relatório descartou que o problema fosse causado pela

⁷ <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2019/01/17/o-que-se-sabe-sobre-as-rachaduras-no-bairro-do-pinheiro-em-maceio.ghtml>.

⁸ Ver anexo 3.

⁹ Ver anexo 3, Conclusão, p. 38.

extração de água subterrânea¹⁰ e pela forma de ocupação do bairro¹¹.

Contestando o estudo feito pela CPRM, o qual teria inconsistências, a Braskem encomendou um novo estudo do caso feito pelo Instituto de Geomecânica de Leipzig, na Alemanha, o qual chegou à conclusão de que centenas de famílias que moravam no entorno de cerca de quinze poços de extração de sal-gema da Braskem deveriam ser removidos.¹²

3. Medidas de segurança e habitação

Inicialmente, com base nos estudos e evidências encontradas, um primeiro mapa¹³ dividiu as áreas do bairro do Pinheiro segundo o risco para os moradores, nas cores vermelha, laranja e amarela, conforme a gravidade da situação dos setores, implicando a retirada imediata, a retirada programada e o monitoramento da situação, respectivamente.

Diversas vistorias foram sendo continuamente feitas para definir a criticidade das zonas e estabelecer a

¹⁰ Ver anexo 3, Considerações finais, p. 37.

¹¹ Ver anexo 3, Considerações finais, p. 36.

¹² <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/conflito-de-extrema-complexidade-entre-populacao-de-maceio-e-mina-de-sal-gema-da-braskem-envolve-danos-irreparaveis/> .

¹³ Ver anexo 5.

remoção imediata das famílias das áreas de risco mais críticas.

As Defesas Civas do Município e do Estado criaram um plano de emergência para o bairro do Pinheiro, com o treinamento dos moradores para situações de emergência, incluindo a criação de rotas de fuga e estruturação de serviços públicos de emergência, envolvendo o Corpo de Bombeiros, hospitais e outros órgãos¹⁴.

Com o reconhecimento da União, recursos foram sendo alocados para o recebimento de auxílio-moradia por parte do governo Federal para os moradores que tiveram de sair de suas casas. A União liberou meio milhão de reais para o pagamento de aluguel social em 18 de janeiro de 2019¹⁵. Cerca de 80 famílias que estavam na área vermelha foram inicialmente contempladas, com um valor de R\$ 1 mil reais por seis meses. Posteriormente, mais quatorze milhões de reais foram liberados¹⁶.

Os equipamentos públicos municipais e estaduais foram paulatinamente fechados, sendo alguns transferidos, outros tendo sua demanda encaminhada para outras unidades de atendimento.

¹⁴ Ver o Plano de Contingência e o Guia para a população nos anexos 6 e 7 respectivamente.

¹⁵ <https://www.gov.br/pt-br/noticias/justica-e-seguranca/2019/01/bairro-pinheiro-al-recebe-r-480-mil-para-aluguel-social> .

¹⁶ <https://www.jornalgrandebahia.com.br/2019/07/governo-federal-libera-verba-para-casas-atingidas-por-rachaduras-em-maceio/> .

No dia 26 de janeiro de 2019, o governo do Estado suspendeu preventivamente as licenças ambientais da Braskem. Posteriormente, as licenças que não tinham a ver com a extração de sal-gema foram retomadas, sobretudo depois do acordo socioambiental assinado com o Ministério Público Federal em 30 de dezembro de 2020¹⁷.

Em 5 de abril de 2019, a Prefeitura de Maceió suspendeu as licenças para construções nos bairros atingidos pelo afundamento de solo¹⁸. As licenças até hoje não foram retomadas¹⁹.

Um Plano de Ação Integrada (PAI) foi elaborado no fim de 2019, sob coordenação da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (SEDEC/MDR), com participação da Defesa Civil Estadual, a Defesa Civil Municipal de Maceió, o Serviço Geológico Brasileiro-CPRM, Agência Nacional de Mineração (ANM), Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e outras instituições²⁰, estabelecendo ações do Sistema Federal de Proteção e Defesa Civil para os bairros do Pinheiro, Mutange e Bebedouro.

¹⁷ Ver anexo 17.

¹⁸ Decreto 8.709, de 4 de abril 2019, Diário Oficial do Município de Maceió, 5 de abril de 2019, p. 6.

¹⁹ De acordo com respostas do GGI aos ofícios enviados pela Comissão, ver adiante, item III.3.

²⁰ Ver o texto do PAI no anexo 8. Sobre ele, ver também as respostas da CPRM a questionamentos do então Deputado João Henrique Caldas no anexo 9.

O Governo Federal, em março de 2020, ofereceu a oportunidade de famílias dos bairros do Mutange e Bom Parto que habitavam na área de criticidade 00 de acordo com o Mapa de Setorização de Danos e linhas prioritárias produzido pela Defesa Civil de Maceió adquirirem unidades habitacionais de maneira facilitada pelo programa Minha Casa, Minha Vida, gerido pela Caixa Econômica Federal²¹.

O perigo ocasionado pelo afundamento dos bairros ocasionou um verdadeiro êxodo urbano. Cerca de 55 mil pessoas tiveram de deixar suas casas. Os acordos firmados entre a Braskem e Força-tarefa constituída pelo Ministério Público Federal (MPF), Ministério Público do Estado de Alagoas (MPE), Defensoria Pública da União (DPU) e Defensoria Pública do Estado de Alagoas (DPE) foram de adesão livre e de fundamental importância diante do momento de crise e de extrema necessidade em se realocar um grande número de pessoas sem a intervenção de uma disputa judicial. No entanto, a Comissão ouviu um grande número de questionamentos por parte de muitos moradores sobre os termos do Acordo. Estes alegam que se viram obrigados a escolher entre passar anos a fio em batalha judicial com uma empresa multibilionária que pode valer-se de um exército de

²¹ <https://www.gov.br/mdr/pt-br/noticias/governo-federal-oferta-500-moradias-para-familias-afetadas-por-afundamento-de-solo-em-maceio-al>.

advogados a aceitar os termos do acordo, que previam, por exemplo, uma indenização de R\$ 81 mil reais para imóveis que ocupavam áreas nas encostas do bairro do Mutange. Outro questionamento frequente é sobre a ausência de transparência nos critérios de avaliação dos imóveis feita pela Braskem.

A cidade tem enfrentado um grave problema: onde alocar toda essa gente? A maioria das famílias de classe média-baixa que morava nos bairros atingidos pelo afundamento de solo muito dificilmente conseguiria realocar-se em imóveis de mesmo padrão em que viviam, por vezes, há décadas. Pela grande procura de locais para moradia, houve um aumento generalizado dos preços dos imóveis²² e dos aluguéis por toda a cidade, obrigando muitos dos ex-moradores dos bairros em afundamento de solo a buscarem imóveis em lugares nas periferias da cidade e até em cidades circunvizinhas.

Diante desse êxodo, os equipamentos públicos que já se encontravam sobrecarregados, especialmente na parte alta da cidade, não conseguem atender a demanda para a qual não foram dimensionados, estendendo-se, assim, o problema por outras regiões da cidade.

²² <https://d.gazetadealagoas.com.br/economia/335908/preco-dos-imoveis-em-maceio-acumula-alta-de-163-em-doze-meses> .

4. Medidas judiciais, acordos e indenizações

Em 2 de abril de 2019, o Ministério Público de Alagoas e a Defensoria Pública de Alagoas entraram na Justiça pedindo bloqueio de R\$ 6,7 bilhões da Braskem²³. Ao mesmo tempo, uma Ação Popular no valor de R\$ 23 milhões foi negada pela Justiça, que alegou ainda não haver evidências da responsabilidade da Braskem²⁴.

Dois dias depois, a 2ª Vara Cível da Capital, acatou parte do pedido de bloqueio, determinando o valor de R\$ 100 milhões da conta da Braskem para ressarcir as despesas de aluguel das famílias atingidas²⁵. O Ministério Público e a Defensoria disseram que iriam recorrer²⁶.

A 15 de abril de 2019, uma decisão do Tribunal de Justiça de Alagoas, do desembargador Alcides Gusmão da Silva, ordenou a suspensão do pagamento a

²³ <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2019/04/02/mp-al-e-defensoria-publica-veem-responsabilidade-da-braskem-nas-rachaduras-do-pinheiro-e-pedem-bloqueio-de-r-67-bilhoes.ghtml> .

²⁴ <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2019/04/03/justica-de-alagoas-nega-pedido-de-bloqueio-de-r-23-milhoes-da-braskem-por-cao-do-pinheiro.ghtml> .

²⁵ <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2019/04/04/justica-de-al-determina-bloqueio-de-r-100-milhoes-das-contas-da-braskem.ghtml> .

²⁶ <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2019/04/05/mp-al-e-defensoria-publica-vaio-recorrer-da-decisao-da-justica-que-bloqueou-r-100-milhoes-da-braskem.ghtml> .

acionistas da Braskem de R\$ 2,67 bilhões em dividendos relativos a 2018²⁷.

Depois de um recurso da Braskem, o processo do bloqueio de R\$ 6,7 bilhões da Braskem foi remetido da Justiça de Alagoas para a Justiça Federal. Esta, no entanto, decidiu que a competência para julgar o caso seria da Justiça Estadual²⁸.

Em 25 de junho de 2019, o Tribunal de Justiça exarou decisão no sentido de bloquear cautelarmente R\$ 3,6 bilhões da Braskem, a fim de garantir o pagamento de indenizações por danos materiais às famílias que tiveram seus imóveis afetados pelo afundamento de solo²⁹.

A 6 de agosto, o Tribunal de Justiça suspendeu decisão determinando o pagamento de R\$ 15 milhões da empresa destinados ao aluguel social de duas mil e quinhentas famílias do Mutange, por seis meses³⁰.

O Superior Tribunal de Justiça, a 9 de agosto, atendendo a recurso da Braskem, suspendeu o

²⁷ <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2019/04/15/justica-de-al-proibe-divisao-de-lucros-de-r-267-bilhoes-da-braskem-entre-acionistas.ghtml> .

²⁸ <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2019/06/05/justica-federal-decide-que-cabe-a-justica-estadual-julgar-acao-contr-a-braskem-por-rachaduras.ghtml> .

²⁹ <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2019/06/26/presidente-do-tj-al-determina-bloqueio-de-r-36-bilhoes-da-braskem.ghtml> .

³⁰ <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2019/08/06/tj-al-suspende-decisao-que-repassava-r-15-milhoes-da-braskem-para-aluguel-social.ghtml> .

bloqueio de R\$ 3,6 bilhões da empresa, que foi substituído por um seguro no mesmo valor³¹.

Em dezembro de 2019, foi criado o Programa de Compensação Financeira e apoio à Realocação (PCF)³², que identificou um total de 14.415 imóveis a serem desocupados, dos quais 96% o foram até agosto de 2021³³. O Programa prevê: identificação e agendamento do imóvel a ser desocupado; auxílio financeiro de R\$ 5 mil reais para a mudança, locação de outro imóvel, acompanhamento jurídico com advogado e defensor público; negociação com imobiliárias e outras necessidades; pagamento de seis meses de aluguel no valor de R\$ 1 mil reais e até dois meses após a homologação do acordo entre a Braskem e a família.

Em janeiro de 2020, foi assinado um Acordo³⁴ entre a Braskem, Ministério Público Federal (MPF), Ministério Público do Estado de Alagoas (MPE), Defensoria Pública da União (DPU) e Defensoria Pública do Estado de Alagoas (DPE) para acelerar o pagamento de indenizações às pessoas que concordassem com os valores de imóvel e indenização oferecidos pela Braskem. Até agosto de 2021, 7.662 famílias

³¹ <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2019/08/09/stj-suspende-decisao-do-tj-al-que-bloqueou-r-36-bilhoes-das-contas-da-braskem.ghml>.

³² Confira no anexo 10 o livreto de informações sobre o Programa da Braskem.

³³ Ver no anexo 11, segundo informações da Braskem, o boletim atualizado em até agosto de 2021, p. 14.

³⁴ Ver o anexo 12.

aceitaram a proposta de indenização. A Braskem já desembolsou cerca de R\$ 1,3 bilhão entre indenizações, auxílios financeiros e honorários advocatícios³⁵. Ainda restam 1.357 propostas em negociação, sendo que muitos moradores protestam contra os valores oferecidos. Segundo eles, a Braskem teria oferecido indenizações vantajosas para a maioria dos imóveis de baixa renda, enquanto subestima os valores dos imóveis maiores e com moradores de alta renda, a fim de demonstrar uma alta taxa de aceitação dos valores oferecidos.

O acordo foi posteriormente modificado, com dois aditivos e 24 termos de resolução firmados entre as partes para aprimorar o programa. Não obstante, ainda há moradores vivendo nos bairros sem indicação de realocação ou inclusão no mapa de risco para participar do PCF da Braskem, a exemplo dos moradores das regiões no entorno das áreas atingidas pelo afundamento de solo.

Em 3 de janeiro de 2020, um acordo foi homologado na Justiça do Trabalho entre Braskem e o Ministério Público do Trabalho para a destinação de R\$ 40 milhões para qualificação e requalificação de moradores das áreas afetadas, bem como construção de quatro escolas e de uma creche³⁶.

³⁵ Ver Anexo 11, p. 13.

³⁶ Ver Anexo 13.

5. Empreendedores

Com a catástrofe do afundamento dos bairros, cerca de quatro mil negócios foram prejudicados, afetando milhares de empregos. Dentre os negócios, 3.239 eram microempresas e microempreendedores individuais; 389 eram pequenas empresas e o restante, empresas de outros portes³⁷.

A Braskem incluiu os empreendedores em seu Programa de Compensação Financeira e apoio à Realocação (PCF). Segundo o Acordo³⁸, são disponibilizados cerca de R\$ 10 mil reais como adiantamento das compensações para comerciantes e empresários do local. Outros valores equivalentes ao porte de cada empresa para cobrir os gastos de realocação também poderiam ser antecipados mediante orçamentos apresentados pelos empresários.

Entretanto, segundo os estes, os valores oferecidos pela Braskem estão muito aquém das necessidades e do prejuízo que tiveram. Alguns que puderam ficar nas fases iniciais do problema tiveram diminuição de 80% do faturamento mensal, além do medo de permanecer numa área de risco de onde as pessoas estavam constantemente saindo e poucos clientes

³⁷ Ver dados da Junta Comercial no anexo 14.

³⁸ Ver Anexo 12, cláusula 12ª.

vinham de outras áreas devido ao medo de um desastre acontecer repentinamente.

Segundo o Acordo, os empresários deveriam entrar em negociações individuais com a Braskem. Há diversos problemas, com empresas que não tiravam nota fiscal, prejudicando a análise de faturamento real; afetação e perda da referência da clientela local, já que, ao se transferir o negócio, a clientela quase sempre tem de ser iniciada do zero; dificuldades de realocação, que dependem de pesquisa de mercado; questão do ponto comercial, que é preponderante nos negócios e diversos outros pontos de conflito. É de se considerar, ainda, que os empresários que moravam no local foram afetados não só na sua moradia, mas também na sua fonte de renda.

Os Poderes Públicos Municipal e Estadual tentaram dar uma ajuda aos empresários das regiões atingidas pelo afundamento de solo por meio, respectivamente, da Lei Municipal 6.900 de 18 de junho de 2009 e do Decreto do Governo do Estado número 72.436 de 22 de dezembro de 2020, concedendo isenções, anistia e remissão de créditos tributários diversos nos seus respectivos âmbitos. Negociações estão sendo feitas com a Secretaria da Fazenda no sentido de dar maior efetividade a medidas que possibilitem auxiliar os empreendedores atingidos pelo fenômeno do afundamento de solo.

6. Animais

Uma questão que surgiu durante o desenvolvimento do caso foi o abandono e acúmulo de animais nas ruas dos bairros em afundamento de solo. À medida que as pessoas foram sendo realocadas, algumas abandonaram seus animais de estimação e outras simplesmente não tinham como levá-los junto para as novas moradias, frequentemente por possuírem animais de grande porte e não conseguirem imóveis de tamanho compatível com o anterior. Conforme os imóveis foram sendo desocupados e os bairros se transformaram em “cidade fantasma”, grande número de animais acumulou-se nas ruas. Houve casos de desaparecimento de animais e suspeita de envenenamento. A questão do abandono de animais que se acumulam nas ruas é uma questão importante de saúde pública, reconhecida inclusive pela Organização Mundial da Saúde, além de impactar também a saúde emocional dos moradores, em virtude dos laços sentimentais entre os animais e seres humanos.

Projetos sociais dedicados à causa animal entraram em campo para cuidar e alimentar os animais abandonados, sem contar com ajuda de entidades públicas e da Braskem. Alguns destes foram

encaminhados para abrigos e destinados à adoção. Entre os cuidados estavam a castração e vacinação dos animais, sobretudo cães e gatos.

A Braskem fez uma parceria com a Fundepes (Fundação de Desenvolvimento de Extensão e Pesquisa) para um Programa de Apoio aos Animais, coordenado pela Universidade Federal de Alagoas, para prover abrigo temporário aos animais e proceder, com a participação do Centro de Controle de Zoonoses da Prefeitura de Maceió, à vacinação destes. O Programa possui hospedagem temporária para quando o morador que possui animal estiver em mudança ou em moradia temporária, castração, tratamento veterinário, vacinação e cuidados com o transporte do animal na mudança, além da realização de campanhas de posse responsável. Segundo a Braskem, foram feitos 3.197 atendimentos veterinários, 1.554 mudanças, 785 vacinações e 561 castrações até maio de 2021. O método feito é o de captura, esterilização e devolução, feito por equipe veterinária.

7. Ilhamento socioeconômico

O bairro de Bebedouro teve sua maior parte afetada pelo afundamento do solo. No entanto, algumas regiões como Flexal de Baixo, Flexal de Cima, Rua Marquês de Abrantes, além da Vila Saem, na intersecção entre Bebedouro e Pinheiro, e parte do bairro do Bom Parto, não foram diretamente atingidas pelo fenômeno, mas acabaram numa espécie de “ilhamento social”, pois sofreram os efeitos da desocupação de imóveis, equipamentos e empreendimentos ao seu redor, com a perda da mobilidade, vida social, cultural, religiosa e econômica. São cerca de 2.700 famílias nessa situação³⁹.

Depois de diversas reivindicações dos moradores, e apesar desses locais não estarem incluídos no Mapa de Linhas de Ação Prioritárias em vigor (a quarta versão, de dezembro de 2020), a Defesa Civil de Maceió encaminhou representação⁴⁰ ao Ministério Público Federal recomendando a inclusão de Flexal de Cima, Flexal de Baixo e parte da rua Marquês de Abrantes no Programa de Compensação Financeira da Braskem, o que ainda está sendo avaliado pelo MPF. A

³⁹ <https://novoextra.com.br/noticias/alagoas/2021/09/70328-moradores-discutem-isolamento-social-com-jhc> .

⁴⁰ <http://www.maceio.al.gov.br/ggi-dos-bairros-encaminha-parecer-sobre-ilhamento-socioeconomico-ao-mpf/> .

recomendação teve como base o Relatório de Avaliação Socioeconômica dos locais⁴¹. A situação das outras áreas (Bom Parto, Saem e a parte restante da Marquês de Abrantes) ainda está indefinida.

Sem embargo, permanece em aberto a situação dos moradores, que estão divididos entre a possibilidade de ficar no local, com a devida assistência da Braskem e dos órgãos públicos, e serem remanejados para outros locais, estes últimos, evidentemente, em maior número.

8. Questão ambiental

Considerado por muitos como o maior desastre ambiental do Brasil, o afundamento do solo causou um dano ambiental ainda não inteiramente avaliado.

Especialistas avaliam que o afundamento de solo pode durar até dez anos, até que as camadas geológicas se estabilizem⁴². Entrementes, a região diretamente atingida foi desocupada e deverá passar por um processo de reabilitação e estudo para seu uso. Apesar da desocupação dos imóveis, as vias, em sua maioria, encontram-se com trânsito liberado e sendo

⁴¹ Ver anexo 15.

⁴² <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2021/09/04/afundamento-do-solo-em-maceio-pode-durar-ate-10-anos-entenda-a-formacao-dos-bairros-fantasma.ghtml>.

regularmente usadas por motoristas. Tal situação, também representa um risco para a segurança dos transeuntes.

Com base nos estudos realizados, a Defesa Civil de Maceió elaborou o Mapa de Linhas de Ações Prioritárias, que se encontra atualmente na quarta versão⁴³. O mapa documenta as áreas críticas em que se recomenda a total desocupação, bem como áreas de instabilidade e a localização das minas de exploração realizadas pela Braskem para extração de sal-gema.

Em agosto de 2019, o Ministério Público Federal entrou com uma Ação Civil Pública por danos ambientais contra a Braskem⁴⁴. Depois de negociações, o Ministério Público Federal e o Ministério Público de Alagoas, este como interveniente anuente, assinaram um Acordo para extinguir a ação civil socioambiental em 30 de dezembro de 2020⁴⁵, definindo disposições ambientais e sociourbanísticas, além de danos morais coletivos, a serem executados pela Braskem, sob a vigilância dos Ministérios Públicos. Segundo o Acordo, no tange às disposições ambientais, as 35 cavernas atualmente identificadas, abertas em decorrência da atividade de mineração e causadoras do afundamento do solo,

⁴³ Ver anexo 16.

⁴⁴ <http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-pinheiro/atuacao-do-mpf>.

⁴⁵ Ver anexo 17.

serão monitoradas para acompanhar o desenvolvimento da estabilização do solo. Tal monitoramento segue sendo feito pela Braskem e pelos órgãos técnicos; no entanto, até o momento da confecção deste relatório, a rede sismográfica ainda não havia sido completamente instalada⁴⁶. Segundo a Braskem, as cavidades estão sendo fechadas com areia⁴⁷. A Agência Nacional de Mineração tem acompanhado os procedimentos⁴⁸.

O Acordo prevê também o financiamento pela Braskem de estudos feitos por entidades e empresas renomadas para sugerir maneiras de reparar urbanisticamente a área, com intervenções nas áreas desocupadas, a preservação do patrimônio histórico e cultural da região, ações de mobilidade urbana e compensação social. Há previsão da participação de órgãos públicos interessados, consulta popular e a adequação das ações de reabilitação.

A partir de ações movidas pelo MPF, a Braskem firmou acordo para reparar os danos na área degradada, mas a empresa não possui autonomia sobre a região e o acordo sociourbanístico assegura que uma eventual

⁴⁶ Ver resposta ao Ofício 14 no Anexo 18.

⁴⁷ Ver Ata da reunião CEPBAS-Braskem no anexo 19, p. 4.

⁴⁸ Ver Anexo 11, p. 28.

destinação deve estar em conformidade com o Plano Diretor do Município de Maceió⁴⁹.

O Acordo prevê ainda que um diagnóstico e um plano de trabalho serão preparados por empresa independente, que vai recomendar medidas de reparação, mitigação ou compensação dos impactos ambientais, com valores ainda a serem calculados.

Para a reparação urbanística, serão feitas intervenções nas áreas desocupadas, preservação do patrimônio histórico e cultural ali existente, ações de mobilidade urbana, compensação social e indenização para danos coletivos. Está prevista a participação de órgãos públicos interessados, além de mecanismos de consulta popular⁵⁰.

9. Equipamentos públicos

De acordo com informações do Gabinete Integrado para Adoção de Medidas de Enfrentamento aos Impactos do Afundamento do Solo de Bairros de Maceió (GGI dos Bairros)⁵¹, os seguintes equipamentos públicos municipais foram afetados,

⁴⁹ Ver Acordo Socioambiental, no anexo 17, cláusulas 54 e 58, parágrafo único.

⁵⁰ Ver anexo 17, cláusula 53.

⁵¹ Ver no anexo 18, a resposta ao Ofício 01/2021-CEPBAS.

tendo de ser desativados (lista de acordo com secretaria):

1) Superintendência Municipal de Desenvolvimento Sustentável (SUDES):

a) Cemitério Santo Antônio (Bebedouro).

2) Agência Municipal de Regulação de Serviços Delegados (ARSER): Relacionou os imóveis de propriedade do Município que fazem parte da concessão do serviço público com a Companhia de Saneamento de Alagoas - CASAL, e apresentou laudo de avaliação patrimonial realizado pela empresa Cotrim e Amaral:

a) Unidade de negócio Farol (avaliado em R\$ 30,5 mi);

b) Unidade de negócio Bebedouro/ Chã de Bebedouro (sem avaliação);

c) Unidade de negócio Bom Parto (avaliado em R\$ 116,9 mil);

d) Unidade de negócio Farol (Pinheiro) (avaliado em R\$ 27,3 mi).

3) Secretaria Municipal de Infraestrutura e Habitação (SEMINFRA): informou perda das infraestruturas dos serviços urbanos, a saber: 1.200.000 m² de obras de pavimentação, 320.000 m² de rede de drenagem, 11 unidades

de estação elevatória, 34 unidades de obras de contenção, 210.000 m² de obras de saneamento e 26 unidades de aparelhos públicos.

4) Secretaria Municipal de Educação (SEMED): Informou a necessidade de transferência de cinco equipamentos educacionais, que se encontravam em áreas de risco, onde funcionavam quatro escolas e uma creche, sendo dois imóveis alugados e três imóveis de propriedade do município.

- a) Escola Municipal Major Bonifácio (imóvel próprio);
- b) Escola Municipal Radialista Edécio Lopes (imóvel próprio);
- c) Escola Municipal Brandão Lima (imóvel alugado);
- d) Centro de Educação Infantil Luiz Calheiros Júnior (imóvel próprio);
- e) Centro de Educação Infantil Braga Neto (imóvel alugado).

5) Secretaria Municipal de Saúde (SMS):

- a) UBS São Vicente de Paula (imóvel próprio): encontra-se em funcionamento;
- b) USF São Vicente de Paula (imóvel alugado): realocado, compartilhando

espaço físico com o imóvel do UBS São Vicente de Paula;

- c) Sede do III Distrito Sanitário (imóvel alugado): encontra-se desalojado e ocupando um ambiente cedido pela Associação Comunitária Interparoquial do Planalto do Jacutinga, que também está inserido em área de realocação;
- d) URS PAM Bebedouro (imóvel alugado): realocado, compartilhando espaço físico para o imóvel onde está instalada a UBS Antônio de Pádua Cavalcante (Jardim Petrópolis);
- e) Embargo da obra de construção da sede da URS PAM Bebedouro.

Resta ainda à Comissão a necessidade de se levantar os equipamentos da União e do Estado que também foram atingidos pelo fenômeno do afundamento.

III. ATUAÇÃO DA COMISSÃO

1. REUNIÕES DA COMISSÃO

A primeira reunião da Comissão aconteceu no dia 16 de abril de 2021, com a presença dos vereadores Leonardo Dias, Cal Moreira, Cléber Costa e Aldo Loureiro, além de assessores parlamentares. O Vereador Cléber Costa pediu a saída da Comissão, em virtude de já ter participado de Comissão anterior sobre o tema, abrindo espaço para o Vereador Pastor Oliveira Lima, primeiro suplente. Na reunião, ficou acertado que o Vereador Cal Moreira seria o vice-presidente e o Pastor Oliveira Lima, secretário da Comissão.

Nesta reunião foram definidos os objetivos dos trabalhos da Comissão, a saber: i) reconhecer a atual situação do problema e saber quais os acordos firmados com a Braskem; ii) acompanhar as ações da prefeitura; iii) prestar assistência aos moradores; iv) discutir as indenizações; v) discutir o futuro da Região.

Proposições aprovadas na reunião: i) Contratação de uma consultoria em engenharia civil e ambiental; ii) estabelecer a interlocução com membros da comissão dos bairros em afundamento em solo da legislatura anterior e ter acesso aos relatórios dessas comissões;

iii) apresentar um projeto de resolução para que a Comissão seja permanente, pois é um problema que demandará muito tempo por precisar ser melhor entendida toda a problemática da situação; iv) Cronograma de trabalho: primeira fase: Coleta de informações e análise dos dados; reuniões com órgãos públicos, moradores e associações; coleta de dados com os órgãos envolvidos; formação de agenda feita pela equipe do presidente da Comissão para ser apresentado aos outros membros. Segunda fase: Elaborar relatório.

A segunda reunião da Comissão aconteceu no dia dez de maio de 2021, estando presentes os vereadores, Leonardo Dias, Cal Moreira, Dr. Valmir e Aldo Loureiro, além de alguns assessores dos respectivos vereadores.

Na reunião foram discutidas as condições da contratação da engenheira civil-ambiental; a inauguração do Centro de Atendimento Psicossocial (CAP) na região dos Bairros atingidos pelo afundamento de solo; atualização do mapa definido pela Defesa Civil, e acrescentadas áreas sociais, além das técnicas, entre elas, as regiões de Vila Saem, Flexal de Cima, Flexal de Baixo e parte da Rua Marquês de Abrantes; atuação de caminhões da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), no processo de investigação sobre as causas e dimensões do

afundamento de solo, em que se fizeram furos nas ruas, colocando equipamentos que davam pancadas no solo, a fim de se medir a profundidade dos buracos. Segundo alguns moradores, várias casas começaram a ter rachaduras após tal processo. Dever-se-ia identificar se as rachaduras sobrevieram nos locais por causa das obras da Braskem ou pelo processo de investigação feito pela CPRM, sobretudo na região da Marquês de Abrantes; aventada eventual proposta de isenção do pagamento de IPTU por parte de moradores que ainda estão no local, diante da inviabilidade de se morar em bairros com tal problema.

Foi feita a leitura do Ofício 001/2021 (a ser tratado adiante), enviado pela Comissão ao Gabinete de Gestão Integrada para a Adoção de Medidas de Enfrentamento aos Impactos do Afundamento dos Bairros (GGI dos Bairros). Seriam buscadas reuniões com diversos órgãos, como o CPRM, a Defesa Civil Nacional, o Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres – CENAD, e outros órgãos ligados à questão do Afundamento de solo, além dos Ministérios Públicos Federal e Estadual, as Defensorias Públicas da União e do Estado e o Tribunal de Justiça de Alagoas.

Foram tratadas questões referentes a isenção tributária para empresas e moradores dos bairros

atingidos por parte de órgãos do Município e do Estado; a inclusão de regiões limítrofes dos Bairros em afundamento de solo na busca por resolução dos problemas dos bairros; a verificação da regularização da retirada de areia de Marechal Deodoro que a Braskem tem feito para encher as crateras dos locais com afundamento de solo; maior aproximação da Comissão com o Gabinete de Gestão Integrada para a Adoção de Medidas de Enfrentamento aos Impactos do Afundamento dos Bairros da Prefeitura; envolvimento de todos os vereadores para tratar sobre o tema; colocar em prática o Plano de Ação Integrada do Ministério do Desenvolvimento Regional e Defesa Civil Nacional; a regularização e avaliação dos imóveis a ser desocupados pela Braskem e as indenizações às pessoas, com a abertura dos critérios técnicos que a empresa está usando para propor as indenizações e valores dos imóveis; averiguação da questão do suposto envenenamento dos animais da região; solicitar limpeza periódica das principais ruas de Bebedouro; retirada do Cemitério da região; buscar informações sobre os bairros em relação ao Plano de Diretor; agendamento de visita da Comissão ao local.

2. REUNIÕES COM OUTROS ÓRGÃOS

Na busca por conhecer e resolver os problemas ocasionados pelo afundamento dos bairros, diversas reuniões da Comissão foram feitas com outros órgãos.

Uma das primeiras reuniões foi realizada no dia 20 de abril de 2021, com o Coordenador do Gabinete de Gestão Integrada para a Adoção de Medidas de Enfrentamento aos Impactos do Afundamento dos Bairros (GGI dos Bairros), Ronnie Mota, em que este apresentou o funcionamento do GGI aos vereadores presentes e foram postas em comum as convergências entre o Executivo Municipal e a Câmara Municipal nesse assunto.

Ainda no mês de abril, a 29, a Comissão visitou a sede da Defesa Civil do Município. O coordenador da Defesa Civil no Município, Abelardo Nobre apresentou como estavam sendo desenvolvidos os estudos de monitoramento dos bairros afetados pelo afundamento de solo, através de equipamentos de DGPS (*Differential Global Positioning System*), interferometria e satélites. Foi também discutido a situação dos moradores do Flexal de Baixo, Flexal de Cima, Marquês de Abrantes e Vila Saem. Até o momento não se tinha chegado à conclusão de que

esses locais tinham sido atingidos pelo afundamento de solo.

No dia 8 de maio, membros da Comissão, acompanhados de outros vereadores, reuniram-se com representantes dos comerciantes e moradores para ouvir as demandas e histórias destes.

Em 17 de maio, procedeu-se a visita conjunta da Comissão ao Bairro de Bebedouro, para verificar *in loco* a situação dos moradores do bairro que ainda não foram realocados, especialmente os da Rua Marquês de Abrantes, Vila Saem, Flexal de Cima e Flexal de Baixo. A visita foi feita em casas que apresentavam rachaduras e foi acompanhada por líderes comunitários e especialistas.

Em 18 de maio, foi realizada uma reunião com o Ministério Público de Alagoas, na pessoa do Promotor Jorge Dória. Nessa ocasião, o Promotor fez um histórico da situação e explicou como foram construídos o acordo entre os moradores e a Braskem para a acelerar o pagamento das indenizações e o acordo socioambiental, mediados pela Força-tarefa que envolveu o Ministério Público Federal (MPF), o Ministério Público do Estado de Alagoas (MPE), a Defensoria Pública da União (DPU) e a Defensoria Pública do Estado de Alagoas (DPE). O Promotor

encaminhou ao presidente da Comissão o texto dos acordos.

Em viagem à Brasília, o presidente da Comissão reuniu-se no dia 1º de junho com o presidente do Serviço Geológico Brasileiro (CPRM), Esteves Colnago, para discutir questões relativas ao afundamento dos Bairros em Maceió.

No dia seguinte, 2 de junho, reuniu-se também com o Secretário de Política Econômica do Governo Federal, Adolfo Sachsida, para discutir as possibilidades de benefícios para os empreendedores atingidos pelo afundamento dos bairros.

A 10 de junho seguinte, a Comissão fez uma reunião online com a Defesa Civil Nacional sobre a questão do ilhamento social dos moradores da Rua Marquês de Abrantes, Vila Saem, Flexal de Cima e Flexal de Baixo.

No dia 7 de julho, o presidente da Comissão, vereador Leonardo Dias, foi a Brasília e reuniu-se no Palácio do Planalto com o então Ministro-Chefe da Casa Civil, general Luiz Eduardo Ramos e o deputado Federal Marx Beltrão para apresentar a questão do afundamento dos Bairros e solicitar a formação de uma força-tarefa interministerial para tratar dos diversos e graves problemas ocasionados pela extração mineral feita pela empresa Braskem, especialmente os problemas que dizem respeito aos

atingidos diretamente pelo afundamento do solo e o pelos moradores das regiões do entorno. O Presidente da Comissão saiu da reunião com a promessa de que o ministério da Casa Civil iria articular os esforços de outros ministérios no sentido de dar o auxílio federal necessário à resolução dos problemas.

Ainda em Brasília, o presidente da Comissão reuniu-se em 12 de julho com a Diretora do Serviço Geológico Nacional (CPRM), Alice Castilho. Nesta reunião foram discutidas as medidas necessárias para atualizar o mapa de riscos e a formação de um novo Plano de Ação Integrada (PAI). A CPRM afiançou que sempre esteve disposta a ajudar o município na atualização do mapa e na verificação da evolução do problema através de novos testes nas localidades do entorno.

Em 16 de julho, a Comissão se reuniu com o Prefeito de Maceió, João Henrique Caldas, para articular com ele a participação da Prefeitura nos esforços junto ao governo federal para a resolução dos problemas das populações dos bairros em afundamento de solo e adjacências.

Uma nova reunião em Brasília foi realizada no dia 25 de agosto com a Secretaria de Governo da Presidência da República. Nesta reunião estiveram presentes o presidente da Comissão e representantes da Prefeitura de Maceió, inclusive da Defesa Civil

Municipal. A Prefeitura se comprometeu a fazer um levantamento das problemáticas sociais ainda a resolver para depois as apresentar ao governo federal e envidar esforços conjuntos com a Comissão Parlamentar dos Bairros em Afundamento de Solo visando a solução dos problemas.

Em 21 de setembro, a Comissão participou de um evento organizado pela Prefeitura para ouvir os moradores de Bebedouro em situação de ilhamento socioeconômico. Nesta reunião, a Comissão ouviu demandas da população e prestou contas de seu trabalho até o momento.

A 30 de setembro, aconteceu a reunião da Comissão com representantes da empresa Braskem, além de outros vereadores presentes. Nesta reunião, a Braskem respondeu vários questionamentos da Comissão e dos demais vereadores, ficando de enviar por escrito as questões mais técnicas e cujas informações os representantes não dispunham no momento⁵². Em breve síntese, os problemas mapeados durante os trabalhos da Comissão e giravam em torno dos seguintes tópicos:

- 1) Sobre a área atingida:
 - a. Os efeitos físicos;
 - b. Os efeitos sobre a população residencial;

⁵² Ver a ata da reunião CEPBAS-Braskem no anexo 19.

- c. Os efeitos sobre os comerciantes;
- d. Os efeitos sobre os equipamentos públicos;
- e. Os efeitos sobre o meio ambiente;
- f. Os efeitos sobre a cultura;
- g. O valor da riqueza em sal-gema;
- h. A posse do território indenizado;
- i. O valor da indenização do município de Maceió.

2) Sobre a área de ilhamento social:

- a. Os efeitos sociais;
- b. Os efeitos sobre os serviços públicos.

No dia 1º de outubro, aconteceu no Plenário da Câmara Municipal uma Audiência Pública convocada pelo vereador Chico Filho e da qual participou também a Comissão, empreendedores e representantes da Prefeitura, onde foram discutidas soluções para os problemas dos empreendedores afetados pelo afundamento do solo nos bairros de Maceió.

No dia 4 de outubro, a Comissão se reuniu com o Secretário de Fazenda do Estado de Alagoas, George Santoro, para tratar sobre situação das empresas localizadas nos Bairros em Afundamento de Solo e possíveis soluções para resolver os problemas dos empreendedores, sendo definidos encaminhamentos a serem feitos pela Comissão nos próximos dias.

3. ENCAMINHAMENTOS

Os encaminhamentos da Comissão foram feitos a partir de ofícios enviados a diversos órgãos⁵³.

O Ofício 01/2021-CEPBAS foi enviado em de 28 abril de 2021 ao Coordenador do Gabinete de Gestão Integrada para a Adoção de Medidas de Enfrentamento aos Impactos do Afundamento dos Bairros (GGI dos Bairros), Ronnie Mota, solicitando informações diversas sobre a ação do órgão e da Prefeitura nos bairros em afundamento de solo. Foram pedidos:

- 1) Disponibilização do mapa de risco atualizado com laudos e estudos técnicos;
- 2) A situação das localidades do entorno dos bairros (Rua Marquês de Abrantes, Vila Saem, Flexal de Cima e Flexal de Baixo);
- 3) A lista e a situação dos equipamentos públicos localizados nos bairros em tela;
- 4) O planejamento para a reposição dos ditos equipamentos;
- 5) Se a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente (SEDET) estaria emitindo alvarás de construção ou reforma de imóveis nos bairros atingidos;

⁵³ Para ver os ofícios e respostas recebidas, cf. anexo 18.

- 6) Qual era a situação dos animais de rua nos bairros, a atuação da Braskem, da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e se existiam abrigos.

O Ofício foi respondido por meio do Ofício 063/2021-GGI dos Bairros, de 21 de maio de 2021, com as seguintes respostas:

- 1) Mapa de Zona de Risco atualizado (versão 4) enviado em anexo;
- 2) Encaminhamento da situação das áreas de entorno à Força-tarefa MPF-MPE-DPU-DPE para inclusão das áreas no Programa de Compensação e Realocação da Braskem com base no Relatório de Avaliação Socioeconômica Flexal de Cima, Flexal de Baixo e parte da Rua Marquês de Abrantes feito pela Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil de Maceió, que foi enviado em anexo;
- 3) Foi enviada a lista dos equipamentos após levantamento com as secretarias (ver lista acima, item II.9);
- 4) A recomposição dos equipamentos públicos encontra-se em tratativa entre a Braskem e o GGI; no entanto, nos termos do Acordo nos autos de Ação Civil Pública na 7ª Vara do Trabalho de Maceió, entre a Braskem, o Município e o Ministério Público do Trabalho, a empresa se comprometeu a depositar um

montante de R\$ 40 milhões para o Programa para Recuperação de Negócios e Promoção Adequada de Atividades Educacionais dos moradores e trabalhadores das áreas declaradas em calamidade Pública; destes, R\$ 30 milhões serão destinados a adquirir terrenos e à construção de escolas nos padrões exigidos pelo Ministério da Educação e aquisição do mobiliário e utensílios necessários ao funcionamento das escolas;

- 5) A SEDET não estaria emitindo alvarás de construção/reforma;
- 6) Esclareceu que a UFAL está sendo responsável pela castração dos animais; que a Braskem teria realocado abrigos que já funcionavam no local mediante o Programa de Compensação, mas não esclareceu a localização do abrigo, apesar de oficiada para tanto.

O Ofício 02/2021-CEPBAS foi enviado em 10 de maio de 2021 à presidência da Câmara Municipal de Maceió solicitando os relatórios das Comissões anteriores. O Ofício não foi respondido até a presente data e, segundo informações obtidas, não foram localizados tais relatórios.

Ofício 03/2021-CEPBAS enviado em 17 de maio à presidência da Câmara solicitando consulta à Procuradoria da Casa sobre a possibilidade de rateio

dos vereadores membros da Comissão via VIAP (Verba Indenizatória de Atividade Parlamentar) para contratação de uma consultoria de uma engenheira ambiental especialista para acompanhar os trabalhos da Comissão. A Procuradoria, após consultar a Controladoria da Casa, emitiu parecer em 1º de junho de 2021 (Parecer nº 102/2021-PG/BT) se pronunciando pela legalidade da eventual contratação. Após várias tratativas com a engenheira, no entanto, não foi possível a contratação em virtude de problemas com a documentação necessária para a efetivação do contrato de acordo com a legislação vigente.

Ofício 04/2021-CEPBAS, enviado em 18 de maio de 2021 ao GGI solicitando informações sobre o cronograma de transferência do Cemitério Santo Antônio em Bebedouro, o qual, segundo informações, correria risco de afundamento de solo em virtude de sua localização. O ofício foi respondido em 2 de junho de 2021, colacionando que o Cemitério tinha sido interditado em virtude da instabilidade do solo pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável (SUDES), mas que estudos técnicos da Defesa Civil concluíram que, embora dentro da área de criticidade 00, não existiria risco de afundamento do solo na região do Cemitério. Não obstante, a Secretaria vinha

realizando estudos para transferir o equipamento para outro local.

Ofício 05/2021-CEPBAS enviado no mesmo dia 18 de maio à SUDES solicitava limpezas periódicas nos bairros em afundamento de solo. Não foi respondido.

Os Ofícios de 06 a 09 da CEPBAS foram enviados no dia 20 de maio de 2021 aos órgãos da Força-tarefa para apresentar a Comissão e solicitar sua participação em reuniões da Força-tarefa que tratassem dos bairros em afundamento de solo. O Ofício 06/2021-CEPBAS foi enviado Ministério Público Federal em Alagoas. Foi respondido no dia 28 de maio, nos termos de que a agenda das quatro procuradoras oficientes é por demais dinâmica e não tem estrutura própria, mas que estão à disposição para agendas específicas e para vistas aos autos que tenha interesse. Ofício 07/2021 enviado ao Ministério Público Estadual foi respondido em 26 de maio com ciência. O Ofício 08/2021-CEPBAS enviado à Defensoria Pública da União também foi respondido em 25 de maio com ciência. O Ofício 09/2021-CEPBAS, destinado à Defensoria Pública Estadual não foi respondido.

No dia 24 de maio de 2021, motivados por informações publicadas na mídia⁵⁴ a respeito de renovação de licença ambiental da Braskem para operação de um salmouroduto em Maceió, foram enviados três ofícios solicitando informações ao Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas (IMA) (Ofício 10/2021-CEPBAS), à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH) (Ofício 11/2021-CEPBAS) e à Braskem (Ofício 12/2021). O IMA respondeu em 1º de junho informando que as licenças em tela foram expedidas em 2017 e que o uso dos dutos para passagem de salmoura foi interrompido após os fatos do afundamento de solo e que, atualmente, somente água passava por estes dutos. A Braskem respondeu em 7 de junho nos mesmos termos. A SEMARH não respondeu ao ofício.

Outro ofício, o 13/2021-CEPBAS foi enviado em 23 de junho de 2021 à SUDES solicitando novamente a limpeza periódica das ruas dos bairros em afundamento de solo. Novamente, o ofício não foi respondido.

Ofício 14/2021-CEPBAS, enviado à Secretaria Especial Adjunta de Defesa Civil em 12 de julho de 2021, solicitava informações a respeito de laudos técnicos a

⁵⁴ <https://www.gazetaweb.com/noticias/maceio/prefeitura-de-maceio-cobra-esclarecimento-sobre-renovacao-de-licenca-ambiental-de-salmouroduto-da-braskem/>.

respeito das regiões do entorno dos bairros em afundamento de solo, bem como a situação da rede de acompanhamento sismográfico nos bairros afetados. O Ofício foi respondido por meio do Ofício 778-COMPDEC/2021, do dia 9 de agosto, entretanto, só chegou à Comissão no dia 24 de setembro. O teor da resposta é de que a rede sismográfica composta de dezesseis sismógrafos, dez de superfície e seis de profundidade, está em fase de conclusão, sendo realizada posteriormente a calibração e definição de alertas para o monitoramento da região. Tal monitoramento é feito por meio de equipamentos DGPS (Differential Global Positioning System) instalados em diversas partes dos bairros em afundamento de solo, que somam-se a dados obtidos por interferometria e monitoramento *in loco*. Foi anexado à essa resposta o informativo técnico 3/2021, a respeito do levantamento de necessidades de intervenção civil da escarpa localizada na rua Marquês de Abrantes, na Chã de Bebedouro.

Ofício 15/2021-CEPBAS, enviado à Braskem em 20 de julho de 2021, solicitando uma reunião para tratar dos bairros em afundamento de solo. Ofício não respondido.

Ofício 16/2021-CEPBAS, enviado à presidência da OAB em 20 de julho de 2021, solicitando relação dos advogados que prestam serviço aos moradores dos

bairros em afundamento de solo, para se reunir com eles e verificar suas necessidades. A OAB respondeu no dia 30 de julho, por e-mail, que não dispunha de tal relação.

Em 26 de julho de 2021, Ofício 17/2021-CEPBAS, enviado ao GGI, e o Ofício 18/2021-CEPBAS, endereçado à SEDET, encaminham aos órgãos denúncia trazida pelo vereador Joãozinho sobre a situação de abandono e descaso dos imóveis que se encontram nos bairros afetados pelo afundamento de solo, inclusive correndo o risco de criação de focos de doenças. O GGI respondeu com o ofício 083/2021, de 16 de agosto de 2021, esclarecendo que, tão logo recebeu a denúncia da Comissão, encaminhou a questão à Braskem e vem tratando com ela e a Vigilância Sanitária sobre ações conjuntas para resolver o problema; ao mesmo tempo, a Braskem enviou relatório, repassado pelo GGI na resposta, a respeito das ações de limpeza e manutenção que a empresa vem fazendo nos bairros. A SEDET não respondeu. O Ofício 19/2021-CEPBAS, enviado ao vereador Joãozinho, o parabenizou pela iniciativa da denúncia e solicitou o compartilhamento de informações sobre a denúncia, caso lhe sejam enviadas. Um outro ofício enviado ao vereador Joãozinho (Ofício 21/2021-CEPBAS) em 17 de agosto,

encaminha a resposta dada pelo GGI à denúncia feita pelo vereador.

Ofício 20/2021-CEPBAS, enviado em 2 de agosto de 2021 à SEDET, requeria informações sobre a concessão de alvarás de construção e reforma em imóveis das regiões do entorno dos bairros em afundamento de solo (Rua Marquês de Abrantes, Vila Saem, Flexal de Cima e Flexal de Baixo) pelo órgão. Ainda não respondido.

Ofício 22/2021-CEPBAS, enviado em 19 de agosto de 2021 à Secretaria Especial Adjunta de Defesa Civil e Ofício 23/2021-CEPBAS ao GGI, solicitando atualização do Mapa de Risco dos bairros em afundamento de solo em virtude de surgimento do aparecimento de soluções salinas nas paredes de casas das regiões de Flexal de Baixo e Bom Parto. Solicita ainda investigação da CPRM. A Defesa Civil respondeu com o Ofício 1003-COMPDEC/2021, de 14 de setembro, o qual esclarece que a equipe técnica da Defesa Civil está em constante análise, estudo e colaboração com a Defesa Civil Nacional e o Serviço Geológico do Brasil, e que realizarão a atualização do Mapa de Linhas de Ações Prioritárias quando for necessário. O GGI enviou resposta no dia 15 de setembro, por meio do ofício 096/2021-GGI dos Bairros, dizendo que investigação realizada pela Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil de Maceió concluiu que o salitre

encontrado nas casas seria resultado de “eflorescência devido a reações químicas dos materiais de construção civil associada a presença elevada de humidade nas edificações observadas”.

Ofício 24/2021-CEPBAS, de 17 de setembro de 2021, solicita novamente reunião com a Braskem. Dessa vez, a empresa respondeu, propondo a data de 27 de setembro, às 9h. posteriormente, sugeriu a mudança para o dia 30 de setembro, mesmo horário, nas dependências da Câmara Municipal de Maceió.

Ofício 25/2021-CEPBAS, de 20 de setembro de 2021, endereçado ao Serviço Geológico do Brasil (CPRM), solicita parecer técnico do órgão sobre as regiões circunvizinhas aos bairros em afundamento de solo (Toda a Rua Marquês de Abrantes, Vila Saem, Flexal de Cima e Flexal de Baixo).

Ofício 26/2021-CEPBAS, de 20 de setembro de 2021, destinado ao GGI, solicita informações a respeito do status do levantamento dos problemas do município a respeito dos bairros em afundamento de solo e solicita a participação da Comissão dos Bairros na elaboração das necessidades com vista à atualização o Plano de Ação Integrado (PAI).

Ofício 27/2021-CEPBAS foi enviado por engano e anulado.

Ofício 28/2021-CEPBAS, de 30 de setembro de 2021, solicita à Câmara Municipal a ampliação do horário da audiência pública para discutir a situação dos bairros em afundamento de solo a ser realizada no dia 15 de outubro de 2021.

Ofício 29/2021-CEPBAS, de 1º de outubro de 2021, solicita audiência com o Secretário de Fazenda do Estado de Alagoas para tratar da questão dos empreendedores dos bairros em afundamento de solo.

Ofício 30/2021-CEPBAS, de 4 de outubro, enviado à Braskem, discrimina os documentos e quesitos que a empresa ficou de remeter à Comissão na reunião do dia 30 de setembro.

Três requerimentos⁵⁵ foram enviados à Presidência da Câmara. O primeiro, requerendo a realização de audiência pública para discutir a situação dos moradores das regiões do Flexal de Cima, Flexal de Bairro, Vila Saem e Rua Marquês de Abrantes, em Bebedouro, audiência que ficou marcada para o dia 15 de outubro de 2021; o segundo, solicitando a prorrogação do prazo de funcionamento da Comissão e o terceiro requerendo o reforço de segurança no recinto onde se realizará a audiência pública.

⁵⁵ Ver anexo 20.

CONCLUSÃO

O trabalho da Comissão Especial Parlamentar dos Bairros em Afundamento de solo buscou, em primeiro lugar, levantar as informações necessárias para a compreensão dos problemas gerados pelo afundamento do solo nos bairros e todas as consequências socioeconômicas das populações afetadas.

Diversos problemas foram encaminhados aos diversos órgãos responsáveis na busca por soluções. Há que se destacar o acolhimento que os trabalhos desta Comissão tiveram por parte do órgão da Prefeitura Municipal encarregado de lidar com a questão (GGI dos Bairros). Também outros órgãos sempre foram solícitos em atender esta Comissão: Defesa Civil Municipal, Defesa Civil Nacional, CPRM, Palácio do Planalto, Mesa da Câmara Municipal de Maceió, Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, Defensoria Pública da União, Instituto do Meio Ambiente de Alagoas, Braskem, Ordem dos Advogados do Brasil e Secretaria de Estado da Fazenda.

Outros órgãos, infelizmente ignoraram os contatos oficiais da Comissão, como a Defensoria Pública do Estado de Alagoas, a Secretaria de Estado de Meio

Ambiente e Recursos Hídricos de Alagoas, a Superintendência Municipal de Desenvolvimento Sustentável – SUDES (por duas vezes acionada) e a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente – SEDET, também acionada em duas oportunidades.

O principal trabalho da Comissão foi estabelecer o contato entre os problemas e os órgãos, instituições e profissionais capacitados a resolvê-los. Uma vez que a amplitude do problema é tal que seria impossível resolvê-lo em âmbito exclusivo da administração municipal, a Comissão tem se esforçado em mobilizar os órgãos do Governo Estadual e Federal com vistas à resolução dos problemas. A Comissão conseguiu abrir um grande espaço de interlocução com o Palácio do Planalto, permitindo que a resolução dos problemas dos bairros em afundamento de solo subisse ao patamar da esfera de ação federal.

A Comissão, desde o início, se preocupou em estar presente junto aos moradores, especialmente, ao tempo em que funcionou a Comissão, os da região do entorno aos bairros em afundamento de solo: Rua Marquês de Abrantes, Vila Saem, Flexal de Cima, Flexal de Baixo e Bom Parto. Essas pessoas, mergulhadas num pernicioso isolamento socioeconômico, privadas de acessibilidade, vida religiosa, vida social, vida comunitária, acesso a

equipamentos públicos e comércios, segurança pública e dos serviços mais básicos como limpeza, conservação etc, estão ainda em situação de indecisão diante da incapacidade de articulação adequada entre a Braskem e os diversos órgãos públicos. A Comissão trabalhou incansavelmente no sentido de mitigar essa incapacidade de articulação e dar respostas concretas aos problemas enfrentados.

Ao tempo de funcionamento da Comissão, diversas fiscalizações e denúncias foram feitas. A Comissão se preocupou em averiguar tais denúncias, em sua maioria informais, e encaminhar aos órgãos competentes os problemas para que fossem resolvidos.

Houve grande evolução na compreensão da questão social dessas localidades. Várias visitas foram feitas às casas que revelavam rachaduras que podem ser oriundas do fenômeno e são áreas que não constam na atual versão do Mapa de Risco. A maioria das pessoas deseja sair desses locais, mas existe uma pequena parcela que quer permanecer. Diante disso, se não houver risco, o aconselhável seria que estas pessoas tivessem estrutura do Poder Público para poder permanecer nos seus locais com alternativas de saúde, de educação, de mobilidade e todos os equipamentos necessários. O entendimento da Comissão é que deve ser garantida a segurança física,

patrimonial e o acesso aos serviços públicos por parte da população atingida.

Não obstante, ainda há muito por fazer. Muitos órgãos, por quaisquer motivos que sejam, não responderam à tentativa de contato oficial da Comissão por meio de ofícios. Diversas reuniões intentadas pelos membros da Comissão não puderam ser realizadas, seja por indisponibilidade de agendas de ambas as partes ou mesmo pelo volume de trabalho da própria Comissão. Isto, por si só, é um dos pontos que fundamentam a prorrogação desta Comissão. Enxergamos ainda a necessidade de encontros com a força-tarefa dos Ministérios e Defensorias Públicas; reunião com os advogados dos moradores; reuniões com representantes do governo federal, estadual e municipal etc. A questão da pandemia de Covid-19 também foi um fator que limitou a possibilidade de que tais reuniões acontecessem.

Muitas questões ainda não evoluíram: a mudança de local do cemitério Santo Antônio; o problema dos animais de rua nos bairros; a questão das indenizações dos empreendedores realocados e as possibilidades de isenções tributárias; o problema das negociações das indenizações dos moradores e muitos outros temas que esta Comissão não teve tempo hábil de se debruçar adequadamente. Nesse sentido, uma

audiência pública na Câmara Municipal está marcada para o dia 15 de outubro de 2021, para tratar do problema das regiões do entorno dos bairros em afundamento que estão em situação de ilhamento social. Muitas outras audiências e momentos de escuta da população e agentes envolvidos serão necessários para dar resposta aos problemas ocasionados por esta grande catástrofe.

Enfim, para que continue se acompanhando todas as intrincadas questões que envolvem o problema do afundamento dos bairros em Maceió, que está tendo repercussões na cidade inteira, faz-se necessário a continuação dos trabalhos da Comissão para que mais encaminhamentos sejam dados e mais problemas resolvidos dentro da esfera de competência do Poder Legislativo e provocando a ação dos outros poderes nos seus mais diversos âmbitos.

Maceió, 8 de outubro de 2021.

Vereador Leonardo Dias

Vereador Cal Moreira

Vereador Pastor Oliveira Lima

Vereador Aldo Loureiro

Vereador Dr. Valmir de Melo

BAIXE A VERSÃO EM PDF DOS
RELATÓRIOS E OS ARQUIVOS ANEXOS
COM ESTE QR CODE:

